



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

GOVERNANÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM SÃO PAULO: A APA Capivari-Monos¹

Igor Tostes Fiorezzi¹ ; Silvia Helena Zanirato²

¹PROCAM/USP, igor.fiorezzi@usp.br

²EACH/USP; shzanirato@usp.br

GT 5: Aspectos críticos, oportunidades e desafios para o enfrentamento da crise climática

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender as dinâmicas de participação socioambiental no Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, nos biênios de 2019-2021 e 2022-2024, analisando a sua atuação em prol do enfrentamento às mudanças climáticas e da proteção da etno-biodiversidade. O estudo de caso, baseado em análise de conteúdo e em entrevistas semiestruturadas, permite compreender o Conselho Gestor como uma estrutura fundante e legítima para a tomada de decisão dentro de um contexto democrático-participativo. Como resultado, a governança desse espaço se mostra um fenômeno complexo, que depende da articulação dos diferentes interesses, sobre um espaço bastante heterogêneo e particular, e que encontra limites impostos por fatores institucionais, participativos e estruturais. Nesse contexto, a emergência climática e a perda da biodiversidade emergiram como temas transversais às demais ações do Conselho.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Áreas Protegidas; Governança; Mudanças climáticas; Conselho Gestor.

Destaques (highlights)

- A governança das Unidades de Conservação é um fenômeno complexo, pois articula e acomoda diferentes interesses sobre aquele espaço.
- A governança de uma Unidade de Conservação depende de uma infraestrutura de apoio, como recursos, para que as decisões possam ser implementadas.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro da CAPES, por meio de bolsa do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Apesar de, no Brasil, os Conselhos Gestores de APAs serem formalmente paritários, isso não garante a paridade de representação na prática.
- Mudanças climáticas e perda da biodiversidade são temas importantes para o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, embora não existam ações diretamente voltadas a eles.

INTRODUÇÃO

Segundo o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas – PBMC, o Brasil todo estará sujeito a ondas de calor, à intensificação de chuvas cada vez mais fortes e mais frequentes, que favorecerão o aumento de inundações e deslizamentos de terra, sendo a Mata Atlântica uma área bastante propícia à ocorrência desses fenômenos (AMBRIZZI; ARAÚJO, 2014). Nesse contexto, as Unidades de Conservação podem ser vistas como ferramentas importantes e aliadas à proteção da biodiversidade e à busca de caminhos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas num cenário de variabilidade climática (BEZERRA et al., 2018). Apesar disso, as dificuldades na proteção da Mata Atlântica abundam, muito por conta da insuficiência das estruturas de governança (MISATO; ZANIRATO, 2015 e ZANIRATO, 2021).

Sendo assim, compreender as estruturas de governança dos espaços protegidos inseridos na Mata Atlântica brasileira, incluindo a participação social na tomada de decisões, é um aspecto que merece atenção se quisermos buscar soluções para o combate às mudanças climáticas. Dito isso, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Capivari-Monos, situada na zona sul da cidade de São Paulo, nos biênios de 2019-2021 e 2022-2024, de modo que identificar as formas de participação democrática na gestão dessa área protegida. Pensando no patrimônio cultural e natural, bem como na “etno-bio-diversidade” (DIEGUES, 2008, p. 181)² existente na APA, o problema de pesquisa se coloca da seguinte maneira: como o Conselho Gestor dessa Unidade de Conservação efetivamente se compromete com esse patrimônio e atua em função de sua proteção, em um cenário de vulnerabilidade climática e de perda da biodiversidade.

Essa pergunta de pesquisa passou por duas etapas de investigação. A primeira delas foi a investigação para compreender o papel dos Conselhos Gestores como esferas de participação social previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro. A segunda, foi a de compreender, dentro

² Expressão que significa, em transcrição literal: “Riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a [...]”.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

do Conselho Gestor do estudo de caso escolhido, como se deu essa participação social e de que forma foram tratadas as questões referentes às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade

O estudo de caso de justifica na medida em que a APA Capivari-Monos é a primeira Área de Proteção Ambiental do município de São Paulo, com Conselho Gestor bastante sólido, cujas reuniões ocorrem há mais de duas décadas. Além disso, trata-se de um dos maiores espaços de proteção de Mata Atlântica na cidade, com uma rica presença de atributos de etno-bio-diversidade. O recorte temporal, por sua vez, justifica-se porque, de um lado, esses anos marcam períodos importantes de crise no Brasil e em São Paulo, com particular esvaziamento da participação social e ataques à proteção ambiental, e, de outro, porque, diante de cenários climáticos extremos, como as cheias no Rio Grande do Sul, supõe-se que houve um incremento na percepção da existência e do agravamento da crise climática pelos cidadãos (PLANO DE MANEJO, 2011).

METODOLOGIA

Para a realização desse projeto escolheu-se a metodologia de abordagem qualitativa e seus procedimentos, sendo eles: a) estudo de caso; b) pesquisa bibliográfica; c) pesquisa documental; d) entrevistas. O estudo de caso é uma investigação empírica, cujo objetivo é investigar um fenômeno contemporâneo no contexto em que o mesmo ocorre. Essa tipologia de investigação é apta a compreender fenômenos sociais contemporâneos complexos, sobretudo no caso em que o fenômeno investigado e seu contexto não estão claramente delimitados (YIN, 2003).

Em termos de etapas, primeiro procedeu-se a um levantamento coleta de material bibliográfico, que são os produtos científicos sobre o tema pesquisado, bem como dos diplomas normativos aplicáveis ao caso. A busca por artigos científicos e trabalhos acadêmicos foi realizada no banco de dados do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi USP), Google Acadêmico e demais ferramentas, com o intuito de conhecer o que já existe publicado sobre o assunto e que esteja de acordo com a proposta da pesquisa. Em segundo lugar, ocorreu a coleta das fontes primárias, seguida de sua análise de conteúdo. Como fontes primárias, incluímos três tipos de fontes: fontes documentais, que compreendem as atas do Conselho Gestor e o plano de manejo da APA, e três entrevistas semiestruturadas, feitas com membros do Conselho Gestor.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os desafios para a governança da APA Capivari-Monos são diversos e abrangem questões institucionais, de participação social, de infraestrutura e de prioridades de atuação. Do ponto de vista institucional, é possível perceber que o Conselho Gestor da Capivari-Monos é um pilar fundamental na governança e gestão dessa área. Nesse sentido, a representação paritária é base essencial para a gestão, que é presidida pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Como gestora, a ela cabe, portanto, a implementação das decisões do colegiado, coordenando suas atividades e conectando a gestão institucional à participativa e vice-versa.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Conselho Gestor é composto por quarenta membros, sendo vinte titulares e vinte suplentes. Desses, são seis titulares e seus respectivos suplentes que representam o município de São Paulo, quatro titulares e seus respectivos suplentes pertencentes ao Estado de São Paulo e dez titulares e seus respectivos suplentes correspondentes à sociedade civil organizada. Os membros titulares têm direito a voto e, na ausência deles, os suplentes o têm, o que totaliza vinte votos. Para estarem aptos à participação, os representantes da sociedade civil devem se cadastrar junto à SVMA.

O Conselho divide-se em três esferas: o Plenário do Conselho, a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas. Essas últimas são órgãos permanentes, de caráter consultivo e que podem ser formadas por membros do Conselho e por pessoas externas ao colegiado. Além das Câmaras Técnicas, existem Grupos de Trabalho temporários, dedicados a questões específicas e que podem igualmente ser compostos por membros internos e externos ao colegiado. Ademais, o Conselho pode solicitar informações e pareceres dos órgãos públicos cuja atuação interfira direta ou indiretamente na esfera da APA (CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO CAPIVARI-MONOS, 2023).

Com relação à divisão entre titulares e suplentes, no caso da sociedade civil, eles representam instituições diferentes, ainda que com atuação semelhante. No caso do poder público, uma mesma instituição – Secretarias, por exemplo – detém para si um titular e um suplente, o que gera uma distorção de representatividade. Na dinâmica do Conselho, tanto titulares, quanto suplentes tinham direito à voz, embora esses últimos tenham direito a voto apenas quando não estão presentes os seus respectivos titulares. A nosso ver, esse esquema de acomodação se mostrou interessante, pois foi capaz de trazer uma maior diversidade de

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

opiniões, permitindo que os atores da sociedade civil, mesmo que sub-representados em alguns casos, pudessem ter, de alguma forma, uma maior participação (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024).

Em se tratando de participação social, é possível tecer críticas, levando em conta que há uma certa dose de sub-representatividade por conta de cadeiras existentes no Conselho, mas que não conseguiram ser preenchidas. O não preenchimento se deve, em muitos casos, à falta de instituições da sociedade civil devidamente credenciadas e que pudessem, em tempo hábil, isto é, no momento da convocação de eleições, ocupar as cadeiras dentro dos critérios exigidos pela SVMA. Isso é mais evidente no caso de comunidades indígenas, cuja eleição de representantes é bastante dificultada, devido à falta de infraestrutura e de acesso à Internet (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas).

Como consequência direta disso, o Conselho experimenta certa dificuldade em elevar o nível de engajamento àquele que se espera da sociedade civil. Nesse sentido, embora a sociedade civil participe ativamente, há ainda um certo descrédito da participação social. Isto é, em alguns casos, a participação dos atores da sociedade civil é desestimulada devido a uma expectativa de resolução rápida dos problemas, algo que não acontece na prática. A lentidão na resolução de problemas, que se justifica pela necessidade de as decisões do Conselho tramitarem em outras esferas institucionais, acaba sendo um desestímulo à continuidade da participação (informação verbal de entrevistas).

Apesar disso, há relatos de que o poder público muitas vezes participa menos do que a sociedade civil, de modo que alguns setores públicos, especialmente representantes do Governo do Estado de São Paulo, são citados por terem diminuído a sua participação ao longo do tempo. Esse esvaziamento é bastante significativo, uma vez que esses atores têm um grande potencial de contribuição para a resolução de problemas importantes para a região, como a defesa dos mananciais, a instalação de infraestrutura e a vigilância contra crimes comuns e ambientais (informação verbal de entrevistas).

Outro aspecto, ainda no tocante à participação, diz respeito a algumas cadeiras, notadamente aquelas ligadas às subprefeituras, terem seus ocupantes frequentemente destituídos, pois são cargos ligados a gabinetes, desmontados e remontados a cada quatro anos, o que dificulta a continuidade de determinados trabalhos. Acrescenta-se a isso a predominância

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de cargos comissionados na SVMA, que também contribui para a descontinuidade do trabalho e para um desmonte técnico que tem avançado, se comparados os dois biênios (informação verbal de entrevistas).

Uma terceira ordem de desafios que se colocam à governança diz respeito às questões de infraestrutura do Conselho. Durante a gestão de 2022-2024, o Conselho enfrentou problemas técnicos importantes na execução do seu trabalho, havidos em decorrência de uma desqualificação do seu corpo técnico e de um desmonte dos órgãos de governo, com a falta de profissionais concursados e recursos materiais. Nesse momento, a SVMA, responsável pela presidência, enfrentou períodos sem carros, computadores ou projetores, dificultando o trabalho dos gestores. A infraestrutura de gestão disponível foi bastante reduzida, contando muitas vezes apenas com um gestor e um estagiário (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas).

Outro problema importante diz respeito à dificuldade constante em conseguir verbas e financiamento para projetos e ações planejadas para a APA. Nesse sentido, é importante mencionar que parece não haver uma fonte de ingresso de recursos constantes para essas ações. Assim, os principais meios de obtenção de financiamento são parcerias com empresas e entidades do terceiro setor, ou ainda recursos obtidos em virtude de medidas de compensação que são colocadas aos empreendimentos privados. Essa falta de recursos constantes diminui o potencial de ação do Conselho e o coloca, em certa medida, em situação de espera, à deriva de situações externas que possam lhe trazer recursos para financiar suas ações (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas).

Uma vez especificados os desafios institucionais, de participação social e de infraestrutura que subsistem no processo de governança da APA Capivari-Monos, falta tratarmos das prioridades de atuação do Conselho Gestor, que conduzem a governança em uma ou outra direção. Em linhas gerais, a governança ambiental na APA m Capivari-Monos está intrinsecamente ligada às questões sociais e às necessidades das comunidades locais. A região, periférica, sofre com a escassez de serviços públicos, mas possui um grande potencial para propor iniciativas populares e soluções para os seus problemas. No entanto, isso nem sempre é fácil de ser realizado, em razão da complexidade desse espaço. A APA Capivari-Monos é caracterizada por sua vasta e complexa área, distinguindo-se de outras unidades de conservação

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

por não possuir um território predominantemente público. Isso porque se trata de um território que não é público, mas sim, particular. É, portanto, um território onde coexistem interesses coletivos, particulares e individuais. Este mosaico territorial inclui uma grande diversidade geográfica e social, com áreas de floresta, terras indígenas, propriedades rurais e agrícolas, atributos naturais, comunidades, ocupações irregulares, condomínios, etc.

A governança desse mosaico territorial complexo implica o reconhecimento da presença humana como parte integrante e condição para o uso dos atributos naturais de maneira direta. Essa governança deve, ainda, fazer face a uma expansão urbana acelerada, advinda do crescimento da cidade de São Paulo em direção à Zona Sul. Isso se reflete, como não poderia ser diferente, em um amplo conjunto de interesses a serem perseguidos pelo Conselho Gestor. Para darem execução a eles, o Conselho atua seja por meio de atividades específicas ou através de várias delas, transversalmente.

Mesmo com os obstáculos existentes, é possível dizer que políticas públicas importantes foram gestadas no Conselho da APA Capivari-Monos. Nos biênios em análise, um dos focos principais de ação do Conselho APA Capivari-Monos busca diretamente solucionar a questão do isolamento, que marca essa área protegida e dificulta as ações de monitoramento e fiscalização. Essa situação se desdobra em muitas camadas. A principal delas é a locomoção, desafiadora devido à distância e ao trânsito. Isso faz com que os conselheiros que estão mais distantes gastem muito tempo no deslocamento para a realização de atividades presenciais. Mais do que isso, o isolamento também se reflete na ausência de sinal de celular e, em alguns casos, de CEP para determinados endereços, dificulta a comunicação e o acesso a serviços básicos como polícia, bombeiros e saúde. Nesse aspecto, o Conselho encontra-se, muitas vezes, sem muita capacidade de ação, uma vez que a tomada de medidas depende da participação de atores sociais governamentais que, embora nomeados, não participam ativamente das atividades de gestão (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas).

Outra questão importante e bastante mencionada nas entrevistas é a da segurança pública. A região enfrenta desafios de segurança, incluindo crimes comuns, como violência e disputas, e tráfico de drogas e clínicas clandestinas, que funcionam como fachada para ocultar outras atividades ilegais. O combate a essas atividades é dificultado pela ausência de bases na

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

APA. Nesse sentido, a retirada da Guarda Ambiental da região de Parelheiros para a região da Vila Mariana dificultou bastante a prestação desse serviço na área da APA. Em complemento, outros conselheiros relatam a falta total de policiamento, que exige, em algumas ocasiões, o deslocamento da polícia ambiental do município de São Bernardo ou da Zona Norte da cidade de São Paulo para atender algumas emergências. Outros serviços públicos de vigilância também são escassos, como os bombeiros (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas)

Subsistem também os problemas relacionados ao transporte público. Em algumas regiões, como o bairro Barragem, há falta de transporte público, com pessoas tendo que andar longas distâncias para acessar serviços essenciais como Unidades Básicas de Saúde (UBS). A escassa rede de transporte enfrenta problemas de manutenção viária, uma vez que as estradas rurais são difíceis de manter e se deterioram com as chuvas, tornando a locomoção um desafio e dificultando o escoamento da produção agrícola dos agricultores locais (informação verbal de entrevistas).

As dificuldades para implementar ações de monitoramento também contribuem para a continuidade da prática de venda irregular de lotes para construção, feita por indivíduos que, por vezes, grilam terrenos e exploram a necessidade de moradia de outros. A falta de monitoramento também possibilita a ocorrência de turismo irregular aos atributos naturais, realizado por agentes despreparados e que, em alguns casos, leva a acidentes especialmente em épocas de chuva (informação verbal de entrevistas).

Com relação ao tema das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, pode-se dizer que se trata de um interesse do tipo transversal, que perpassa várias ações, mas sem projetos ou atividades mais específicos. Podemos dizer que a conscientização sobre as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade é um tema com diferentes níveis de percepção entre os gestores e a população local. Para alguns conselheiros, a percepção das mudanças climáticas no cotidiano da vida dos habitantes locais é diferente na APA com relação ao centro da cidade. Isso aconteceria porque, na região da APA, a população se sente menos afetada, justamente por ter uma área mais arborizada e com mais água, se comparado ao centro da cidade. A poluição do ar, por exemplo, não seria uma preocupação local, uma vez que a APA é a área mais verde da cidade (informação verbal de entrevistas).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Apesar disso, outros conselheiros já apontam para uma conscientização crescentes dos habitantes, em especial os mais jovens, que se envolvem em iniciativas que discutem esses temas, com mais atenção à temática do racismo ambiental. Além desses grupos específicos, os efeitos das mudanças climáticas seriam mais percebidos através dos impactos negativos nos ciclos produtivos agrícolas e no regime de cheias e secas. A percepção estaria, nesse sentido, mais relacionada aos impactos diretos, como a seca de riachos devido a descarte de entulho ou o impacto de queimadas na floresta, que afetam diretamente as residências (informação verbal de entrevistas).

Embora houve discussões para a criação de uma Câmara Técnica específica para biodiversidade, essa proposta não chegou a ser efetivada. Desse modo, questão é tratada de forma transversal na câmara técnica de educação ambiental. Há, entre os conselheiros entrevistados, um consenso sobre a importância de proteção e de valorização do patrimônio que existe na APA e de compromisso com o meio ambiente, embora isso também aponte para outros aspectos considerados importantes, tais como a necessidade de enfrentar a desigualdade, de promover a cultura e a ciência, a inserção econômica da comunidade e o desenvolvimento de atividades economicamente interessantes, sobretudo o turismo e a agricultura (ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS, 2019-2024; informação verbal de entrevistas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Durante as últimas décadas, o Brasil passou por um processo de transformação de suas instituições políticas, que implicaram alterações significativas nas formas de participação, com a descentralização do poder e da tomada de decisão. Essas alterações estão diretamente relacionadas ao movimento constituinte de 1988 e resultam do esgotamento do antigo modelo políticas públicas que se fazia até então. Elas trouxeram à baila novos princípios, instrumentos de governabilidade e desenhos institucionais que, no campo do meio ambiente, são representados, entre outros, pelos conselhos gestores de políticas públicas ambientais.

O Sistema Nacional das Unidades de Conservação é um importante instrumento de efetivação de políticas públicas ambientais e consolida a participação e o controle social como requisitos para a gestão das áreas protegidas. Nesse sentido, os conselhos gestores configuram-se como instâncias de governança legítimas, nas quais têm lugar a atuação, a fiscalização e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

acompanhamento da gestão das Unidades de Conservação. Não obstante, é importante realizar uma investigação mais aprofundada, que evidencie os limites existentes ao potencial de atuação dos Conselhos Gestores como estruturas democrático-participativas de gestão.

Do ponto de vista institucional, o estudo de caso mostrou que a constituição paritária entre membros da sociedade civil e do poder público no Conselho é, em alguma medida, meramente formal, porque as cadeiras dos representantes da sociedade civil não foram totalmente preenchidas em nenhum dos momentos analisados, ao passo que as cadeiras do governo foram completamente preenchidas

Além disso, o Conselho convive com uma perene dificuldade em engajar a sociedade civil a ocupar as suas cadeiras, resultante de um certo descrédito da participação social nessa instância. Esse descrédito, por sua vez, apresenta múltiplas razões, tais como a demora na resolução dos problemas cotidianos, o esvaziamento da participação do Governo do Estado nos últimos anos e a inconstância de certas cadeiras, ocupadas por cargos políticos com alta rotatividade. Somam-se a esses os limites de infraestrutura e técnicos à gestão, que se tornaram frequente com o passar dos anos, reduzindo a estrutura física e os recursos humanos e financeiros colocados à disposição do Conselho.

Apesar desses problemas, pode-se dizer que o Conselho promove a articulação entre diferentes atores e a troca de conhecimentos, mostrando-se também como um espaço de formação de alianças e parcerias importantes para construção de ações integradas voltadas às questões prioritárias da APA. Ele é uma espécie de voz, um espaço para a comunidade local canalizar suas demandas e se articular.

Nesse sentido, a sua atuação vai além das questões de mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, que são temas tratados de forma transversal em muitas de suas ações, embora sem ações ou projetos mais específicos, muito em razão das especificidades que permeiam a percepção desses dois problemas naquele espaço. Essas duas questões dividem a prioridade e o interesse com os demais aspectos prioritários que guiam a governança da APA, como segurança, transporte e ausência de serviços públicos.

Em síntese, podemos concluir que a governança da APA Capivari-Monos pelo seu Conselho Gestor é um fenômeno complexo, que exige constante articulação entre diversos atores, no sentido de superar os desafios institucionais, de participação social e de infraestrutura.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A gestão dessa área exige uma abordagem que reconheça a importância do conhecimento técnico, da participação popular e da articulação entre diferentes esferas de governo e sociedade civil para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e garantir a conservação da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

AMBRIZZI, Tércio; ARAÚJO, Moacyr (orgs.). **PBMC**: base científica das mudanças climáticas: contribuição do grupo de trabalho 1 ao primeiro relatório de avaliação nacional do painel brasileiro de mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Coppe: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

ATAS DO CONSELHO GESTOR DA APA CAPIVARI-MONOS. 2019-2024. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/reposit%C3%B3rio-atas-capivari-monos-de-2017-a-2023>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BEZERRA, G. S. C. L.; CARVALHO, R. M. C. M. de O.; LYRA, M. R. C. C.; FRUTUOSO, M. N. M. de A.; RODRIGUES, S. S. F. B. Política pública e o desafio da participação social na gestão de unidades de conservação: novos caminhos para antigos desafios, **HOLOS**, ano 34, v. 6, p. 117–129, 2018.

CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO CAPIVARI-MONOS. Regimento Interno: de acordo com a Lei Municipal N.º 13.136/2001 e Decreto Municipal 45.892/2005. São Paulo: abr./2023. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/conselhos_gestores/298452>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. ampliada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2008.

ENTREVISTA 1. Entrevista concedida de forma remota em 05 de fevereiro de 2025. Entrevistador: Igor Tostes Fiorezzi. São Paulo, 2025. 1 arquivo .mp4 (66 min.).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ENTREVISTA 2. Entrevista concedida de forma remota em 21 de fevereiro de 2025. Entrevistador: Igor Tostes Fiorezzi. São Paulo, 2025. 1 arquivo .mp4 (67 min.).

ENTREVISTA 3. Entrevista concedida de forma remota em 04 de abril de 2025. Entrevistador: Igor Tostes Fiorezzi. São Paulo, 2025. 1 arquivo .mp4 (80 min.).

MISATO, M. T.; ZANIRATO, S. H. O patrimônio como fator de identidade e impulsor do desenvolvimento local e da participação social. In.: JACOBI, P. R. (org.). **Aprendizagem social e áreas de proteção ambiental.** São Paulo: Annablume, 2015.

PLANO DE MANEJO: APA Capivari-Monos. BELLENZANI, M. L. R. (Coord.). São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2011, 346 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZANIRATO, S. H. O patrimônio mundial em território brasileiro: vulnerabilidades à conservação em um cenário de mudanças climáticas, **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 49, maio/ago. 2021, p. 95-123.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

